

Petrolina, 24 de fevereiro de 2014.

À
CODEVASF – CIA de Desenvolvimento dos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba - 3ª.SR

AO
Pregoeiro

REFERENTE;
Pregão Eletrônico Nº 001/2014
(Processo nº 59560.001372/2013-72)

AUTOBYTE Automação e Serviços Ltda, com sede a Rua Barão do Rio Branco 633, Centro, Petrolina-PE, CNPJ-13.158.418/0001-73, por seu representante legal infra-assinado, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria;

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, pelos motivos de fato e direito que se seguem:

DOS FATOS

A CODEVASF – CIA de Desenvolvimento dos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba - 3ª.SR, abriu processo Licitório 001/2014, Pregão Eletrônico, o qual tem como objetivo “EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DO CONSUMO E QUALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA FORNECIDA ÀS ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO E PRESSURIZAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO SALITRE I, MUNICÍPIO DE JUAZEIRO, NO ESTADO DA BAHIA, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF”, Nas especificações e quantidades estimadas, conforme especificações e condições constantes na “Tabela Orçamentária” e “Especificação Técnica” partes integrantes e Anexas deste Edital.

A Impugnante, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, obteve o respectivo Edital, depois de análise e exame da peça referida, com vistas à elaboração da nossa proposta e a respectiva documentação, deparou com uma necessidade imperativa ao processo, a informação da COELBA dos fornecedores homologados dos “Medidores de Qualidade de Energia”.

Protocolamos carta junto à COELBA (cópia em anexo), solicitando essa informação, para podermos consultar os fornecedores homologados e compor nossa planilha de preços.

Até a presente data não obtivemos resposta da Concessionária e em virtude disso não concluímos nossa planilha orçamentária configurando e legitimando claramente a nulidade deste certame.

Como podemos ver e sem margens de dúvidas, sem a composição de preços dos Medidores de Qualidade de Energia” não há condições de participar do Pregão Eletrônico”.

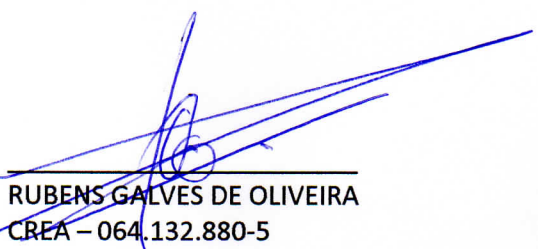
DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- a) declarar-se nulo o item atacado;
- b) determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

N. Termos,

P. deferimento.



RUBENS GALVES DE OLIVEIRA
CREA – 064.132.880-5
RESPONSÁVEL TÉCNICO